



Rede de Monitoramento Territorial Independente

Legados da COP30

Em **novembro de 2025, Belém (PA)** sediou a **30ª Conferência das Partes (COP)** da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês).

A mobilização em torno da COP30 fortaleceu a **incidência política** de povos e comunidades, e contribuiu para a concretização de demandas como a **demarcação de terras indígenas**, o **reconhecimento de afrodescendentes** em documentos oficiais e o **Plano de Ação de Gênero**.



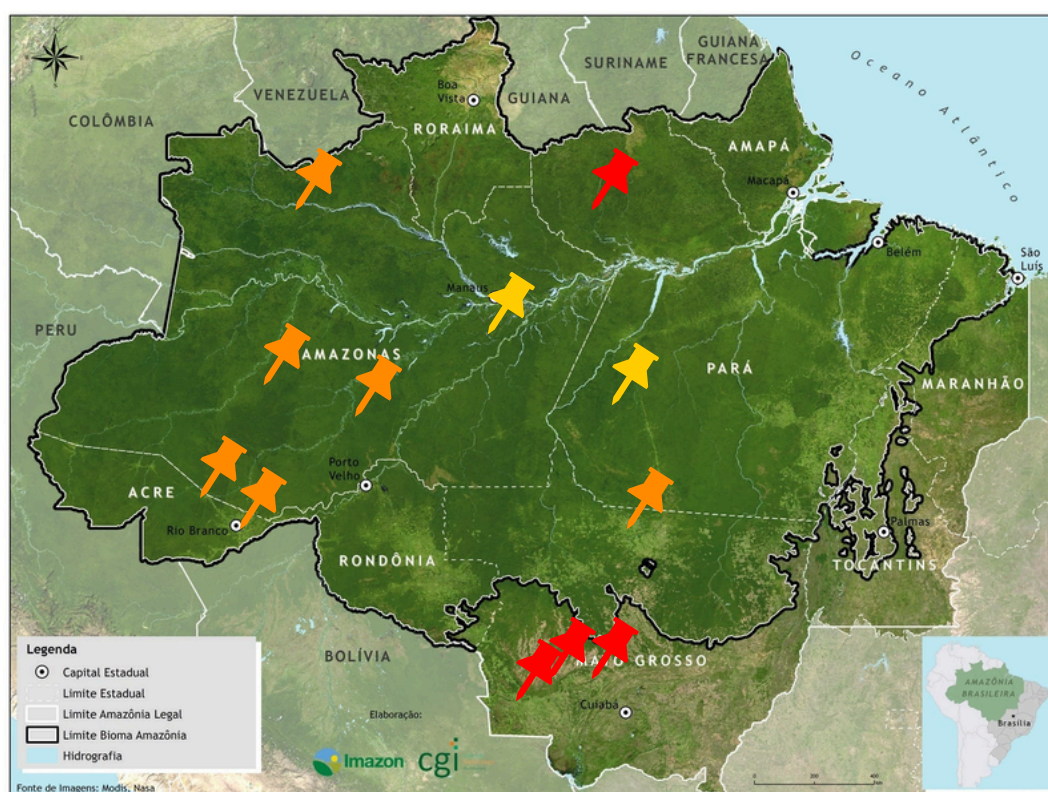
Por outro lado, permanecem pendentes questões e desafios relacionados ao **financiamento** climático, **transição justa**, endereçamento de causas estruturais das mudanças climáticas e ampliação da **participação social**.

Como principais legados da COP30, a sociedade civil destaca a **articulação e a defesa de agendas comuns** por organizações e movimentos sociais, a **construção de espaços paralelos** à Conferência e a **continuidade dos debates** iniciados durante o evento.

Terras indígenas

No contexto da COP30, movimentos indígenas lideraram ações de incidência política pela demarcação de terras indígenas (TIs), bem como pelo reconhecimento de seu papel na proteção territorial e no enfrentamento às mudanças do clima. A seguir, confira algumas das principais conquistas celebradas pelos povos durante a Conferência!

Avanços no processo de demarcação de TIs



Demarcação de TIs

Quatro TIs foram homologadas, todas as quais incidem na Amazônia Legal:

- TI Kaxuyana-Tunayana (PA-AM)
- TI Manoki (MT)
- TI Uirapuru (MT)
- TI Estação Parecis (MT)

Declarações

Foram anunciadas **dez portarias declaratórias**, dentre as quais duas estão na Amazônia:

- TI Vista Alegre (AM – Mura)
- TI Sawre Ba’pim (PA – Munduruku)

RCIDs aprovados

Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCIDs) são uma das etapas prévias à demarcação de TIs. **Seis** TIs tiveram RCIDs aprovados:

- TI Aracá-Padauri (AM)
- TI Rindó D’Oty (MT)
- TI Rionduro Jacu (AC)
- TI Kulina do Iurê (AC)
- TI Kulina do Garape (AM)
- TI do Igapó do Comaïnzo (AM)



Alertas do movimento indígena

Mesmo com o avanço no reconhecimento de territórios e direitos de povos indígenas nos documentos da Conferência, os movimentos chamaram a atenção para lacunas importantes nas medidas discutidas durante a COP30, entre as quais se destacam:



Direitos indígenas não contemplados na seção operacional dos textos da COP



Insegurança jurídica e proteção inefetiva de territórios indígenas



Ausência de áreas livres de exploração e monocultivos

Reconhecimento de afrodescendentes em documentos climáticos oficiais da ONU

A mobilização contínua dos movimentos negros e comunidades quilombolas brasileiras, aliada à articulação com organizações e parceiros internacionais, levou à **menção explícita de afrodescendentes** nos documentos negociados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). A ação promove o **reconhecimento** das comunidades na **proteção de biomas e no enfrentamento à crise climática**, bem como **fortalece** a luta por **justiça racial e ambiental**. De acordo com os movimentos, este é um primeiro passo para a reivindicação de outras demandas, em especial:



Participação plena na governança climática



Mecanismos de adaptação com especificidades territoriais

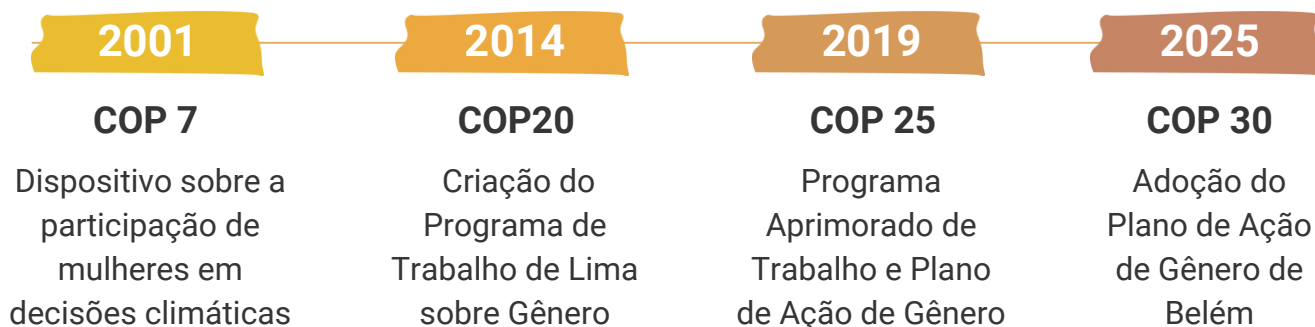


Financiamento climático direcionado

Para saber mais, [clique aqui!](#)






Plano de Ação de Gênero de Belém

Embora as COPs ocorram desde a década de 1990, a primeira referência a questões de gênero nos textos oficiais só surgiu na sétima Conferência, em 2001. Em 2014, movimentos feministas pressionaram pela criação do **Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero**, primeiro plano formal focado em igualdade e políticas climáticas sensíveis a gênero. Em 2019, o programa foi aprimorado com a adoção do **Plano de Ação de Gênero**, que detalha prioridades, metas, atividades e responsabilidades dos países. Na COP30, esse instrumento foi atualizado como o Plano de Ação de Gênero de Belém, com vigência de **2026 a 2034**.



Prioridades

As metas estão organizadas em torno de cinco áreas prioritárias:

-  Construção de capacidades, gestão de conhecimento e comunicação
-  Igualdade de gênero, participação e liderança das mulheres
-  Coerência na integração da perspectiva de gênero em políticas climáticas
-  Implementação responsiva ao gênero
-  Monitoramento e produção de relatórios



Financiamento climático

O reconhecimento do papel de povos e comunidades na proteção territorial e na mitigação das mudanças do clima reforça demandas pelo seu acesso direto ao financiamento climático. Confira abaixo os **principais instrumentos** de financiamento debatidos durante a COP30!

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)

O Fundo tem como objetivo remunerar países pela **conservação florestal**, por meio da atração de investimentos de outros países e do setor privado. Os países elegíveis para o Fundo recebem pagamentos fixos caso mantenham a **taxa de desmatamento inferior a 0,5%** em relação à cobertura florestal do ano anterior.

U\$4 Dólares por hectare conservado

20% Recursos direcionados diretamente a povos e comunidades tradicionais



Preocupações relacionadas à governança e salvaguardas

Fundo Verde para o Clima (FVC)

Estabelecido na COP 16 (2010), o FVC é um mecanismo financeiro da UNFCCC. Tem como objetivo apoiar os países em desenvolvimento a alcançarem as suas *Contribuições Nacionalmente Determinadas* (NDCs, na sigla em inglês) por meio de programas de mitigação e adaptação climática. Durante a COP30, organizações indígenas destacaram passos significativos e demandas sobre o instrumento:



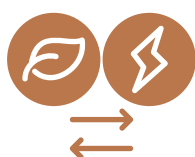
Facilitou acesso direto ao financiamento



Demanda por modalidades específicas, flexíveis e culturalmente apropriadas para acesso aos recursos

Transição justa

Um dos marcos da COP30 foi a aprovação do **Programa de Trabalho de Transição Justa**, que estabelece diretrizes para apoiar políticas voltadas às comunidades impactadas pela transição a economias de baixo carbono. A sociedade civil destacou as principais questões relacionadas ao tema:



**Criação do
Mecanismo de Belém
para a Transição
Global Justa**



**Ampliação da
participação de
mulheres, povos e
comunidades**



**Eliminação das
referências aos
riscos e impactos
da mineração**



Minerais críticos

Minerais críticos, como lítio, cobalto, níquel e terras raras, são considerados fundamentais para setores estratégicos. No contexto da **transição energética**, esses insumos têm sido altamente demandados por países do Norte Global para viabilizar projetos de energia renovável, como a produção de painéis para parques solares. Contudo, a elevada concentração desses elementos na América Latina levanta preocupações sobre os **impactos da exploração mineral em terras indígenas e territórios tradicionais**. Na COP30, a **ausência de menções a esses riscos** no Programa de Transição Justa suscitou alertas por parte da sociedade civil.

Combate às causas das mudanças climáticas

A COP30 gerou expectativas de avanço no enfrentamento das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE), como exploração de combustíveis fósseis e desmatamento. Contudo, os textos climáticos oficiais não incluem medidas de contenção ou redução dessas atividades. Veja abaixo alguns dos principais desafios em relação ao tema.

Mapas do Caminho

No início da COP30, o governo brasileiro propôs os Mapas do Caminho, roteiros para orientar países da UNFCCC na **superação dos combustíveis fósseis e do desmatamento**. A iniciativa enfrentou **forte resistência de países dependentes do petróleo** e, apesar do apoio informal de mais de 80 países, **não foi incorporada** ao documento final. A falta de menções aos combustíveis fósseis e ao desmatamento, aliada à ausência dos Mapas do Caminho, levou pesquisadores e organizações a avaliar que a COP30 avançou menos do que o esperado no combate a causas centrais das mudanças climáticas.



Ausência dos EUA

Um dos desafios da COP30 foi a ausência de representação oficial dos Estados Unidos, um dos maiores emissores de GEE.

1º Maior emissor de GEE por habitante

1º Maior emissor histórico de GEE

↘ **509 bi** Toneladas de CO² emitidas desde 1850



Presença da indústria fóssil

A forte presença da indústria fóssil limita avanços e intensifica preocupações sobre assimetria de poder entre sociedade e mercado.

1.602 Representantes da indústria petrolífera e de combustíveis fósseis

↘ Supera a delegação de quase todos os países, exceto o Brasil, que enviou **3.805** delegados

Iniciativas da sociedade civil

Apesar dos desafios enfrentados, a sociedade civil protagonizou a construção de espaços e eventos paralelos à COP30, que desafiam a estrutura tradicional das conferências climáticas, ampliam o alcance dos debates efetuados e possibilitam a construção de agendas pautadas em participação social. Confira abaixo alguns exemplos!

+60 Espaços paralelos construídos

Como a Casa das ONGs, Embaixada dos Povos, COP do Povo, Aldeia COP, entre outros!



Cúpula dos Povos

+24 mil Participantes

+70 mil Pessoas na Marcha Global pelo Clima

+1.100 Organizações signatárias da Carta Política

Declaração com 15 propostas focadas em proteção territorial e direitos

9-12 mil Refeições por dia

Iniciativa de cozinha solidária liderada pelo MST e outras organizações

Para saber mais, [clique aqui!](#)

Mobilização indígena

+5.000 Indígenas em Belém

+3.500 Indígenas alojados na Aldeia COP

+3.000 Pessoas na Marcha Global Indígena

Para saber mais, [clique aqui!](#)



Para saber mais!

A seguir, veja balanços, análises e reações à COP30 publicadas por entidades representativas e organizações da sociedade civil!

Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30

Apresentamos um balanço da COP30, assim como os elementos essenciais que permanecem pendentes.

Ben Colato

Publicada em: 23/11/2025 às 11:36



COIAB

Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

INESC

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sintetizou avanços e desafios da COP30 em nove pontos.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

COP 30 termina com resultado abaixo do necessário, apesar de avanços históricos na participação social

25/01/2025, às 11:19 | updated on 25/01/2025, às 11:30 | Tempo estimado de leitura: 9 min

Conferência em Belém frustra expectativas sobre combustíveis fósseis, desmatamento e financiamento climático, mas consolida marcos relevantes em justiça climática, gênero e participação dos povos.



EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE TODO O BRASIL, CNS LEVA MIL VOZES EXTRATUÍSTAS À CORTE

CNS

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) destacou a mobilização coletiva durante a COP30.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

Sobre a Rede de Monitoramento Territorial Independente

O que é?

A Rede de Monitoramento Territorial Independente (Rede MTI) é uma articulação de organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e instituições de pesquisa que atuam com monitoramento territorial independente e autônomo na Amazônia.

Quais os objetivos?

Tem como objetivo a ampliação e fortalecimento das capacidades de monitoramento independente nos territórios, e construção de estratégias para uso das informações geradas com foco na proteção territorial e defesa dos modos de vida na Amazônia.

Quem participa?

Atualmente, a articulação é composta por mais de 70 organizações da sociedade civil, entidades representativas, associações de base, lideranças comunitárias, pesquisadores autônomos e instituições de pesquisa.



Para mais informações, acesse:

<https://www.redemti.org/>

**Coordenação da Rede MTI e
organização do informativo:**

